

A CRISTOLOGIA DA DIVINDADE EM MARCOS 14.58

Earle Ellis*

A discussão entre Jesus e os teólogos e “clérigos” judeus que finalmente ocasionou sua condenação à morte foi uma controvérsia sobre a interpretação das Escrituras. Isso se revela não apenas nos debates apresentados nos evangelhos como *midrashim yelammadenu*, mas também na reação à atitude de Jesus de perdoar os pecados e às afirmações que fez em seu julgamento, quando acusado de blasfêmia (Mc 2.7; 14.64).

Ao perdoar pecados em seu próprio nome, isto é, como Filho do homem, Jesus assume implicitamente uma prerrogativa de Deus e, assim, incita um intercâmbio com os escribas, ou seja, os estudiosos das Escrituras. Jesus e eles pressupõem o ensino bíblico de que apenas Deus pode perdoar pecados. Para essa questão teológica, ambos têm uma base comum de argumentação nas Escrituras canônicas recebidas e, contra a postura da escola da “história das religiões”, quaisquer paralelos anedóticos na literatura apócrifa judaica ou pagã são provas duvidosas para o assunto em Marcos.

Com seu ato de perdão, Jesus dá uma pista de sua misteriosa auto-designação, “o Filho do homem”, insinuação que os escribas entendem melhor do que os outros. Ao curar o paralisado, novamente em seu próprio nome, ele intensifica o ato verbal, visto que todos ali também pressupõem a concepção bíblica que relaciona morte com pecado e cura com o poder de Deus e, mais ainda, que atribui somente a Deus a autoridade para dar vida ou (verdadeiramente) tirá-la. Dificilmente Jesus deixa subentendida apenas uma reivindicação messiânica humana, pois parece não haver nenhuma tradição judaica no sentido de o Messias ou qualquer outra criatura ter o direito de perdoar pecados sob sua própria autoridade. Além disso, Jesus não fala como um agente, sacerdotal, profético ou angélico, assegurando ao homem o perdão de Deus, nem oferece um perdão provisório de um tribunal humano a ser ratificado posteriormente por Deus. Ele faz uma afirmação clara daquilo que ele e os teólogos sabem ser prerrogativa de Deus e passa a ratificá-la por sua própria palavra de vida ao paralisado.

Os estudiosos das Escrituras, pela primeira vez aqui nos evangelhos, não são representados como maldosos ou preconceituosos em relação a Jesus. Eles expressam um juízo refletido com base em seu entendimento bíblico e, se Jesus for apenas um homem, estão plenamente justificados. Acusam Jesus de blasfêmia pelas mesmas razões implícitas mas pronunciadas explicitamente na única outra passagem dos evangelhos (antes do julgamento) em que aparece a

* E. Ellis, Ph.D., é professor de teologia no Southwestern Baptist Theological Seminary, nos Estados Unidos. É membro da Society of Biblical Literature e membro-fundador do Institute for Biblical Research.

acusação de blasfêmia, João 10.33: “... te apedrejamos... por causa da blasfêmia, pois sendo tu homem, te fazes Deus a ti mesmo”.

O ataque não pronunciado dos teólogos nos sinópticos reflete a percepção aguda, embora hostil, da implicação da palavra e do ato de Jesus, contrastada com a apreensão superficial das multidões, em Mateus 12.8. Isso prepara o caminho para a segunda e principal acusação de blasfêmia feita contra Jesus, em seu julgamento.

Nos relatos sinópticos do julgamento, a pergunta do sumo sacerdote e a resposta de Jesus formaram as questões cristológicas usuais: “És tu o Cristo, o Filho do Deus Bendito? Jesus respondeu: Eu sou, e vereis o Filho do homem assentado à direita do Todo-Poderoso (Sl 110.1) e vindo com as nuvens do céu” (Dn 7.13)(Mc 14.61c-62).

O sumo sacerdote pergunta sobre a identidade entre Jesus e o Messias real predito, com uma alusão a Salmos 2.7 e/ou a 2 Samuel 7.13 e s. Jesus responde afirmativamente, mas passa a definir os títulos “Messias” e “Filho de Deus” sob aspectos do “Filho do homem”. Ele se sujeita à acusação de blasfêmia não ao afirmar que era o Messias, o que no judaísmo não constituía alegação blasfema, mas pela outra definição de seu messianismo, combinando Daniel 7.13 e s. (o Filho do homem) com Salmos 110.1 (o Senhor de Davi assentado à direita de Deus).

Embora os processos de julgamento sejam bastante sintetizados pela tradição dos sinópticos, eles refletem um debate bíblico sobre a natureza das reivindicações messiânicas de Jesus. De fato, para um veredicto *teológico* contra Jesus, tiveram de fazer perguntas de interpretação bíblica. Representam o clímax para o qual Marcos (ou melhor, a tradição sinóptica subjacente) havia preparado seus leitores: O “dono da vinha” enviou seu “filho amado”. “O mesmo Davi chama-lhe Senhor; como, pois, é ele seu filho?” “Então verão o Filho do homem vir nas nuvens, com grande poder e glória.”

A acusação de blasfêmia no julgamento é totalmente compreensível se o Sinédrio entendeu que Jesus havia interpretado Daniel 7.9-14 mediante Ezequiel 1.26 e ss. como uma teofania aplicada a si mesmo e, assim, que havia afirmado sua posição e seu papel divinos. A acusação implícita anterior (Mc 2) pode explicar também a ordem expressa de vez em quando por Jesus para que houvesse silêncio sobre sua pessoa e obra. Nesse caso, evidentemente a ordem era dada não porque seu messianismo fosse em certos aspectos futuro (*cf.* Schweitzer) ou apolítico (por exemplo, Dunn), características bastante inócuas, mas pelo fato de envolver prerrogativas divinas e uma manifestação de divindade que Jesus revelaria a seu próprio modo em seu julgamento. A ordem na transfiguração abordava explicitamente tal faceta de seu messianismo. O mesmo é verdade sobre o silenciamento dos demônios nos exorcismos, conforme William Wrede corretamente observou: “Os demônios... têm esse

conhecimento [sobre Jesus]; é o de seres sobrenaturais. E o objeto de seu conhecimento é igualmente sobrenatural; não é o Jesus humano como tal, mas o Jesus sobrenatural preparado com o *pneuma* o Filho de Deus”.

Todos esses aspectos, vistos num conjunto, afirmam que “o segredo messiânico” da tradição sinóptica, incluindo Marcos, não é o segredo de alguma característica humana da pessoa do Messias, mas um segredo de sua posição como “Filho de Deus”, o segredo de sua divindade.

Assim, a acusação de blasfêmia é uma chave importante para entender tanto o “segredo messiânico” quanto o sentido do termo Filho do homem, conforme Jesus revela em seu julgamento as conotações enigmáticas anteriores do termo. Isso sugere que Daniel 7.13 e s. era afirmado por Jesus e, assim, entendido por seus acusadores como indicador da figura messiânica “adâmica”, aludindo ao salmo 8 e a Gênesis 1.26 e ss., e a uma manifestação de Javé em Seu trono em “figura semelhante a um homem”, fazendo referência a Ezequiel 1.26 e a Gênesis 1.26 e s. Com esse entendimento, a acusação tem um fundamento lógico na auto-identificação de Jesus com o Filho do homem, em Daniel 7. Contudo, provavelmente não se baseava apenas nessa afirmação, mas também, e talvez mais significativamente, na alegação de Jesus de destruir e reconstruir o “santuário em três dias”.

A acusação pelas testemunhas no tribunal é expressa em Marcos 15.48 da seguinte forma: “Nós o ouvimos declarar: Eu destruirei este santuário (edificado por mãos *cheiropoietos*) e em três dias construirei outro (não por mãos *acheiropoietos*)”. A frase aparece em Mateus, Marcos e João, e provavelmente é pressuposta em Atos. No entanto, os relatos variam de maneira considerável, sugerindo que cada um deriva (parcialmente) de uma ou de mais tradições anteriores independentes. Isso se encaixa perfeitamente com outros aspectos do julgamento, conforme veremos abaixo, e há bons motivos para ser colocado ali historicamente.

Tanto em Mateus (26.59 e s.) quanto em Marcos (14.57), a acusação é representada como “testemunho falso”, e Jesus reage com um silêncio neutro. As testemunhas entendem aquilo como uma referência à construção do santuário de Jerusalém (*naos*); contudo, Marcos e talvez Mateus restringem nitidamente essa compreensão. O texto levanta diversas questões: qual era a forma original de referência ao santuário? Em que sentido o testemunho a esse respeito é considerado “falso”? Qual é o significado dos termos “santuário”, “construir” e “três dias”?

Nos evangelhos, o templo de Jerusalém nunca é objeto de qualquer ameaça por parte de Jesus, embora ele o chame de “vossa casa”, referindo-se à cidade que o rejeitou, e preveja que outros o destruirão. Ele jamais expressa qualquer intenção de reconstruir tal santuário. Contra uma interpretação tradicional

desse texto, aqui o santuário (*naos*) não alude à predição de Jesus sobre o conjunto do templo (*hieron*), em Marcos 13.2, conforme Eta Linnemann percebeu corretamente, ou a qualquer outra afirmação de Jesus sobre o templo de Jerusalém. A referência ao santuário em Jerusalém é parte da falsidade da alegação das testemunhas que Marcos contrapõe com seus qualificadores “edificado por mãos humanas” e “não (construído) por mãos humanas”.

É quase certo que as expressões “edificado por mãos humanas” e “não (construído) por mãos humanas” não sejam originais do discurso de Jesus ou da acusação: (1) estão ausentes de Mateus 26.61, que a esse respeito é “mais simples e original”, da acusação subsequente em Marcos 15.29 e da tradição joanina das palavras de Jesus, cuja forma R. Bultmann considerou “relativamente original”; e (2) no contexto do julgamento, as expressões não fazem muito sentido na boca das testemunhas falsas e diminuem a força da acusação. Muito provavelmente, constituem um acréscimo editorial de Marcos para extrair o sentido real da afirmação de Jesus e distinguir entre os aspectos verdadeiros e os falsos da acusação.

Na igreja neotestamentária, Estêvão é o primeiro a associar “coisas feitas por mãos humanas” com o templo. Em seu discurso em Atos 7.48, ele inclui o santuário entre as coisas “feitas por mãos humanas”. Mas, ao citar Isaías 66.2, “a minha mão que fez todas estas cousas” (At 7.50), ele amplia a referência para aplicá-la a toda a criação presente. Estêvão oferece assim o fundamento exegético para outros empregos da expressão “feito por mãos humanas”/“não feito por mãos humanas” nas missões helenísticas, com referência às realidades de criação presente e criação ressurreta, era presente e era escatológica, antiga aliança e nova aliança, respectivamente. Com esse entendimento, em 2 Coríntios 5.1 Paulo pode contrastar “a casa terrestre” (*he epigeios oikia*) com “da parte de Deus um edifício, casa não feita por mãos”, isto é, a criação presente em Adão com a criação ressurreta incorporada no Cristo exaltado. Ou, em Efésios e Colossenses, ele pode contrastar a circuncisão da antiga aliança “por mãos humanas” com a circuncisão “não por intermédio de mãos”, explicada como a identificação comunitária do fiel com a morte e a ressurreição de Cristo. Semelhantemente, Hebreus (9.11,24) explica a expressão “não feito por mãos” como “não desta criação” e descreve a exaltação do Cristo ressurreto como a entrada nos lugares santos (*hagia*), isto é, o santuário “não feito por mãos”, no céu. Diante desse contexto, as expressões “feito por mãos humanas” e “não feito por mãos humanas” têm um emprego muito bem definido dentro das missões dos helenistas cristãos. Eles se referem respectivamente à criação presente e à criação da ressurreição, sendo esta última às vezes expressa em termos da ressurreição de Cristo e outras vezes como sua identificação ou associação com o templo escatológico.

A oração “construirei *outro* [santuário]” (Mc 14.58) pode ser uma citação errada de um discurso de Jesus feita pelas testemunhas. De acordo com algumas

tradições judaicas, o Messias deveria construir um novo templo; segundo outras, era Deus quem o faria. Entretanto, nas palavras de Jesus, é o mesmo santuário que é destruído e reconstruído, como mostram os paralelos: “... tu que destróis o santuário e em três dias o reedificas!” (Mc 15.29); “Posso destruir o santuário de Deus e reedificá-lo em três dias” (Mt 26.61); e “Destruí este santuário, e em três dias o reconstruirei” (Jo 2.19). A identificação do santuário destruído com o reedificado exclui outra interpretação tradicional que associa o templo destruído com o sistema religioso judaico e o templo reedificado com a igreja, embora esse ponto de vista aproxime-se do significado das palavras de Jesus interpretadas por Marcos.

Creio que a pista decisiva para o significado pretendido por Jesus são as palavras “em três dias”. Segundo o comentário de Donald Juel, “parece duvidoso que a expressão seja uma referência à ressurreição [de Jesus]”. Considerando-se o uso de tal expressão ou de seu equivalente anterior em Marcos, pode-se falar de maneira mais incisiva: “em três dias” aponta para a ressurreição de Jesus. Diante de outros usos de *acheiropoietos* nas missões helenísticas para aludir à nova criação surgida com a ressurreição de Cristo, o santuário “não [feito] por mãos humanas”, em Marcos 14.58, confirma esse entendimento da expressão “em três dias”.

Marcos, então, usa o santuário destruído e reedificado em três dias para referir-se ao corpo de Jesus. Nesse sentido, concorda com a interpretação mais explícita em João 2.21 e com a referência mais alusiva encontrada em Mateus, uma menção de Jesus como “o santuário de Deus”. Ele preparou seus leitores para essa identificação pelo *midrash* sobre os lavradores maus, em que Jesus identifica-se com a pedra rejeitada que se torna a pedra angular do templo escatológico.

Teologicamente mais significativo é o fato de Marcos atribuir a Jesus a alegação de ressuscitar dos mortos “em três dias”, uma alegação de divindade que dificilmente poderia ser feita de maneira mais forte. Se o sumo sacerdote também suspeitasse de que tal alegação estava implícita quando Jesus falou do santuário, é compreensível que ele considerasse essa afirmação, tanto quanto a alegação de ser o “Filho do homem”, como motivo suficiente para a acusação de blasfêmia de que Jesus era culpado. A cristologia da divindade insinuada no perdão de pecados que Jesus realizou em Seu próprio nome, em Marcos 2, torna-se explícita no julgamento, ao identificar-se com o Filho do homem, de Daniel 7, e, talvez mais ofensivamente, também em sua alegação velada de ressuscitar dos mortos.

Marcos alude à divindade de Jesus em contextos diferentes de 14.58. Em harmonia com o episódio pré-sinótico de “Jesus e João Batista”, ele começa citando Isaías 40.3 (1.2) e termina com menções de Salmos 2.7 e Isaías 42.1 (1.11). É possível que Marcos 1.2,11 sejam *testimonia* selecionadas dos *midra-*

shim anteriores em que a compreensão cristológica de tais passagens foi elaborada. Ao contrário de Mateus e Lucas, Marcos 1.2 une Isaías 40.3 com uma referência implícita à vinda de Deus “ao seu templo” (Ml 3.1): “Eis aí envio diante da tua face [isto é, a do Filho de Deus] o meu mensageiro, o qual preparará o teu caminho; voz do que clama no deserto: Preparai o caminho do Senhor (*kuriou*), endireitai as suas veredas”. A alusão de Marcos à vinda do Senhor a seu templo não se refere, afirmo, ao templo herodiano, mas à sua moradia encarnada em Jesus, o Filho do homem, e prepara o leitor perspicaz para a tipologia do santuário que será desenvolvida posteriormente no evangelho. Marcos está bem consciente de que os textos hebraicos referem-se à vinda do Senhor como redentor (Is 40.3) e juiz (Ml 3.1) de Israel, e nessa percepção ele os expõe para fazer uma identificação *cum* distinção de Iavé com Jesus Cristo, o Filho de Deus (Mc 1.1).

O evangelista usa também os milagres de Jesus para apresentá-lo como aquele que, por sua palavra soberana, controla a natureza (4.35-41; 6.45-52), confere vida aos mortos (5.21-42), cria a matéria (6.32-44; 8.1-10) e decreta a morte (11.12 e ss., 20-25). Embora, ao contrário de João, ele não chame tais fatos de “sinais”, fica claro que, não menos que João, Marcos os considera indicadores de Jesus como aquele que por sua própria autoridade manifesta poderes exclusivos de Deus.

Obviamente, a apresentação que Marcos faz de Jesus como Deus é velada, como a do próprio Senhor, e representa apenas um aspecto da realidade de múltiplo esplendor da pessoa singular de nosso Senhor. Está de acordo com a cristologia de outros escritores neotestamentários e com o monoteísmo impreciso do Antigo Testamento, em que Deus é visto como uma unidade na pluralidade. Contudo, isso levanta um problema para os que definem o monoteísmo em categorias unitárias (posteriores) e, então, lêem essa definição dentro do judaísmo pré-cristão.

A complexidade da doutrina da pessoa de Jesus Cristo no Novo Testamento fica evidente a partir de três séculos de exegese e de discussões patrísticas e, pessoalmente, com base em meu próprio arianismo durante o período universitário. Entretanto, no reavivamento do sentimento unitário em alguma teologia contemporânea, semelhante à do século XVIII, pode ser proveitoso recordar alguns textos bíblicos e a exposição que desviou a igreja de tais conclusões e levou-a para a afirmação do Deus trinitário: Pai, Filho e Espírito Santo.